



**Acta da Sessão Ordinária da  
Assembleia Municipal do Concelho  
de Figueira de Castelo Rodrigo,  
realizada no dia dez de  
Dezembro de dois mil e dez**

-----Aos dez dias do mês de Dezembro de dois mil e dez, pelas catorze horas e trinta minutos, no Auditório da Casa da Cultura, comigo, Lucília de Jesus Patrício Velho, Assistente Técnica da Câmara Municipal, compareceram os Senhores Deputados para a realização da sessão ordinária da Assembleia Municipal, convocada de acordo com o n.º 1, do artigo 49º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

-----O Senhor Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início aos trabalhos. -----

-----Ao efectuar a chamada, verificou-se a ausência dos Senhores Deputados: -----

----- - Sérgio André da Silva Ribeiro; -----

----- - Carlos Alberto de Almeida Simões; -----

----- - Mário Daniel Carneiro André, Presidente da Junta de Freguesia de Vilar de Amargo; -

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal comunicou a justificação dos Deputados: Sérgio André da Silva Ribeiro; Carlos Alberto de Almeida Simões e de Mário Daniel Carneiro André, Presidente da Junta de Freguesia de Vilar de Amargo por motivos profissionais. -----

----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Vamos dar início a esta sessão da assembleia municipal." -----

-----**1- Período Antes da Ordem do Dia:** -----

-----**1.1. Leitura, apreciação e aprovação da acta da sessão de 29 de Setembro de 2010.** -

----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Vou colocar à votação a acta de 29 de Setembro de 2010. Colocada à votação foi aprovada por maioria dos votos dos membros presentes, com a abstenção do Deputado Municipal Feliciano Pereira Martins, uma vez que não esteve presente nesta sessão da Assembleia Municipal. -----

-----Estamos no período antes da ordem do dia e, por isso quem quiser expor e comunicar algum assunto importante à assembleia neste período, façam favor, só peço que seja de forma sucinta." -----

----- **Teodoro Augusto Farias, Presidente de Junta de Freguesia de Colmeal:** “ Antes de mais quero cumprimentar a mesa, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara, restantes membros da Assembleia e excelentíssimo público. Eu mandei cartas a todos a solicitar donativos para a Igreja Matriz do Colmeal, porque como disse na última sessão da Assembleia Municipal está a cair e, quem queira efectivamente contribuir está no jornal o número de uma conta bancária, portanto só tem de nos comunicar para emitirmos o recibo. Por outro lado, já estamos em condições de poder fazer algumas obras com os donativos que já recebemos e também pela ajuda da junta de freguesia, porém fizemos um pedido ao Senhor Presidente da Câmara sobre o licenciamento da obra e, de facto decidimos não fazer nada na Igreja neste momento só porque temos este dinheiro, uma vez que não somos técnicos. Eu sei que o Senhor Presidente da Câmara é uma das pessoas que se destaca e estimulou a recuperação da Igreja Matriz do Colmeal desde 2006, pois primeiro não tínhamos acesso, mas penso que a fase estrutural já se conseguiu fazer. Posto isto, reitero que nos arranje um técnico qualificado, porque se o telhado cai sobre os arcos vai provocar um grande estrago, por isso quero ali um técnico que se responsabilize e acompanhe todos os trabalhos e arranjos técnicos a realizar na sua requalificação.” -----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Senhor Presidente da Mesa, Senhor Presidente de Câmara, restante mesa, Senhores Deputados, colegas e restante público. Eu volto novamente a solicitar aos intervenientes que tenham o especial cuidado de não extravasar as competências deste órgão, pois existe um órgão executivo que reúne e é lá que, especialmente estas conciliações dirigidas ao Senhor Presidente e aos restantes Vereadores devem ser dirigidas, pois este não é correctamente o sítio para colocar questões de ordem executiva, porque a Câmara Municipal reúne-se publicamente onde poderá assistir e apresentar as suas questões. Na sequência da eleição recente como um dos Deputados da Assembleia Intermunicipal da COMURBEIRAS juntamente com o Dr. Mário Salvado e a Dra. Cristiana Mendes deslocámo-nos à Covilhã para mais uma Sessão Ordinária daquela Assembleia. Cumpre-me informar que foi aprovado o Orçamento e o Plano de Actividades para o ano de 2011, onde se encontram inscritas

diversas rubricas que dizem directamente respeito a este município e concelho. Diversas actividades serão levadas a cabo pela COMURBEIRAS em Figueira de Castelo Rodrigo aos particulares e ao Município. Da parte do Município está plenamente informado porque faz parte, quanto aos particulares será necessário da parte do órgão executivo comunicar que estarão abertos certos apoios a nível do empreendedorismo entre outros, que serão de todo o interesse para quem queira alavancar nessas aventuras e aproveitar essas candidaturas transversais que irá levar a cabo no próximo ano. Este Plano de Actividades foi aprovado por unanimidade por todos os Deputados presentes. Aproveitava também para felicitar os Bombeiros Voluntários de Figueira de Castelo Rodrigo pela recém nomeação do Senhor Comandante Nuno, pois desde alguns anos a esta parte que o órgão não tinha nenhum comandante em efectividade de funções, apenas um comando interino que levou a cabo e bem as suas responsabilidades, mas agora os Bombeiros Voluntários de Figueira tem todas as condições para desenvolverem as suas elevadas atribuições que por todos nós lhe são reconhecidas. Queria também a par dos Bombeiros Voluntários formular um voto de congratulação com a Associação Transumância e Natureza que está a comemorar os seus dez anos com diversas actividades algumas delas decorridas neste auditório e que terminarão com uma caminhada na reserva da Faia Brava, que é a primeira reserva privada no nosso país, a qual está de parabéns e em quase todas as sessões desta Assembleia falamos nela, o qual ilustra a sua importância. Gostaria também de desejar as Boas-Festas a todos os colegas presentes e, que o ano de 2011 seja melhor que o de 2010 e que nos voltemos a encontrar proximamente. Muito obrigado." -----

----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** " A história da Igreja do Colmeal é muito complicada, mas eu só quero que alguém me esclareça, porque suponha-se que aquela Igreja não tinha proprietário garantido, mas tem, que é a Diocese da Guarda, logo é pertença da Igreja Universal. Já a algum tempo atrás recebi um documento, em que referia e dava conhecimento dessa situação desde a década de quarenta e, também sei de que por vezes a Igreja está ansiosa dos seus direitos e daquilo que é seu, mas outras vezes, existem aqueles elementos que deixam passar as situações. Por outro lado, todas as Dioceses são constituídas por uma Comissão de Arte Sacra, que tratam de tudo o que diz respeito aos monumentos da Igreja. Agora fiquei a pensar, o Senhor Presidente da Câmara vai mandar para lá um técnico sem ser ouvida a Igreja, isto é, a Comissão de Arte Sacra, para que amanhã não venham a acusar alguém de que andaram a meter-se onde não deviam? Deixo este problema para discussão." -----

----- **Teodoro Augusto Farias, Presidente de Junta de Freguesia de Colmeal:** “ Quanto a esse assunto, o Senhor Padre da Freguesia que é o Presidente da Comissão da Fábrica da Igreja está a assumir tudo conjuntamente com os membros da Junta enquanto tal e, não com a Junta de Freguesia. De facto se alguém quisesse informar-se, sabia que a Igreja está registada na Direcção-Geral do Património. Agora quando solicitei ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para que se aprovasse um projecto para financiar através do Estado a Igreja Matriz, os documentos foram assinados pelo pargo da Freguesia, ou seja, todas as diligências foram feitas sempre com a colaboração e devida autorização da Comissão da Fábrica da Igreja, mas entretanto existiram alguns contratempos na instrução deste devido a algumas falhas e, como tal não seguiu logo desde início os tramites e pareceres autorizados e estabelecidos. Assim sendo, gostava de esclarecer que quem requereu o projecto foi a Fábrica da Igreja, a qual foi constituída precisamente com esse propósito, apesar da Junta de Freguesia se mostrar disponível para prestar apoio a nível administrativo através dos seus membros, mas não a Junta de Freguesia como instituição, isto é, existe uma colaboração entre os seus membros e da Fábrica da Igreja, pois a conta que foi aberta está em nome da Igreja Matriz do Colmeal. O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal está com essas dúvidas, porque nunca reuniu a Comissão criada para análise da situação do Colmeal, estava a par de toda esta situação, pois já lhe tinha transmitido todos estes elementos, os prédios que são ou não particulares, entre outros.” -----

----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ É verdade que essa Comissão não funcionou por vários motivos, o primeiro devido a incompatibilidade de agenda entre todas as pessoas, pois um dos juristas o Dr. Feliciano Martins nem sempre pode estar devido aos seus compromissos profissionais, depois porque um dos elementos que já fazia parte da outra legislatura, o Dr. Vermelho do Corral deixou de estar presente, um dos juristas, mas estou convicto de que se reunirá. Agora eu não estou aqui para levantar problemas, mas estamos aqui numa Assembleia a conversar e a tratar dos assuntos que nos dizem respeito, porque todos nós temos interesse nisso. Também já tinha percebido que o Dr. Teodoro Farias, como Presidente de Junta de Freguesia de Colmeal, detêm em sua posse bastante material. Por outro lado, tenho a informação de que foram entregues não a um membro da Comissão Fabriqueira, nem ao Pargo os santos ou outras relíquias, tal como o pia baptismal, mas ao Senhor Reitor de Figueira de Castelo Rodrigo e, que parte das peças tinham sido vendidas a um negociante de Arte Sacra, sendo objectivo da Comissão averiguar todas estas situações, para depois tomar uma posição.

----- **Teodoro Augusto Farias, Presidente de Junta de Freguesia de Colmeal:** “ Eu tenho uma paixão por aquela aldeia e, acho que o futuro do nosso concelho passa pelo desenvolvimento turístico, pois nos tempos actuais dadas as conjunturas e a globalização que nós vivemos, as actividades tradicionais estão falidas, à excepção da produção de leite, só é sustentável se for como complemento ao turismo, mas o mais caricato e que ainda não vi em parte nenhuma, é termos turistas sem infra-estruturas nem roteiros turísticos e, se o concelho não investir nesta área, quando terminarem os subsídios vai ser a falência total, isto senão se não se arranjam áreas alternativas.” -----

----- **António Edmundo Freire Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal:** “ Relativamente a este assunto não tenho nada a acrescentar, porque é uma questão do executivo e não da Assembleia, pois esta tem uma nobre Comissão que sempre que me solicitar a presença de elementos serão facultados, nem tenho conhecimento que a Comissão Fabriqueira tenha aberto uma conta para a qual possamos contribuir em termos de apoio, ou que essa possa passar recibos, a Igreja Matriz do Colmeal não tem personalidade jurídica, logo não pode abrir conta. Eu tive uma reunião executiva com todos os Presidentes de Junta, mas curiosamente não estive presente, contudo não vamos transformar um órgão deliberativo em executivo para resolver a questão da Igreja do Colmeal, apesar de ter a maior das boas vontades, tanto que a nível orçamental estão previstos cerca de trinta mil euros, só que existem questões do foro jurídico e patrimonial que nos ultrapassam, mas a Câmara Municipal não tem nenhuma competência em termos de valorização de lugares de culto religioso, todavia é prática sempre que acrescente algo ao turismo, à recuperação do património, à valorização dos espaços, temos vindo a recuperar como foi o caso em Escarigo, Mata de Lobos, Escalhão, Figueira de Castelo Rodrigo, Barca D'Alva, portanto recuperámos muito património religioso, não só de culto mas até casas paroquiais, quando era do interesse do concelho e, penso que esta Igreja Matriz também se poderá enquadrar.” -----

----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Antes de entrarmos no período antes da ordem do dia, gostaria de anunciar uma **Petição Pública, Pela Harmonização Tributária Ibérica - para que a fronteira não morra!** “-----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Esta Petição será apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara oportunamente, mas neste momento solicitávamos a autorização dos Senhores Deputados para entrar na ordem do dia e, ser discutida e aprovada no último ponto, caso ninguém tiver nada opor à sua introdução, pelo que parece foi aceite pois não houve nenhuma oposição. “-----

-----2- Período da ordem do dia: -----

-----2.1. **Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a actividade municipal e situação financeira do Município, nos termos da alínea e) do n.º1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5 - A/2002, de 11 de Janeiro.** -----

----- **António Edmundo Freire Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal:** “ Muito - obrigado Senhor Presidente. Em finais de Novembro a actividade do município em relação à última Assembleia Municipal, iniciámos a colocação de oleões em colaboração com a Associação de Municípios da Cova da Beira, pois o nosso município vai estar dotado também deste equipamento, colaborámos na organização com o Clube Figueira TT do 4º Raid “A Castanha”, participámos nas comemorações do aniversário da Confraria de Caça da Marofas, organizámos uma Cerimónia de Homenagem aos Bombeiros Voluntários Figueirenses, mais recentemente estivemos na posse do novo Comandante, a quem desejamos um bom mandato para ministrar as suas dignas funções, organizámos várias caminhadas para assinalarmos o “Dia da Erradicação da Pobreza”, abrimos uma Loja Social onde as pessoas podem depositar bens para pessoas mais necessitadas, a qual está localizada junto à Igreja Matriz de Figueira, por isso quem tiver artigos que possa dispensar agradecemos, pois estará a contribuir no apoio social, colaborámos na organização da III Edição da Festa da Pecuária com a Junta de Freguesia de Castelo Rodrigo e a Associação Transumância e Natureza, a qual celebra o seu décimo aniversário e que lançou o livro intitulado “Faia Brava” isto para simbolizar o trabalho que tem sido realizado nas freguesias de Vale de Afonsinho e Algodres, organizou-se um Fórum “As estratégias sociopolíticas locais para o combate à pobreza e à exclusão social”, colaborou-se na organização de uma acção de sensibilização “Segurança na utilização de tractores e máquinas agrícolas”, comemorámos o “Dia Europeu sem carros”, concluíram-se as obras de beneficiação e remodelação da capela de Santo Cristo, em Barca D’Alva, um trabalho da Comissão Fabriqueira de Barca D’Alva, em Junta de Freguesia de Escalhão e a Câmara Municipal se associaram para o seu embelezamento, apoiaram-se as obras do Loteamento em Escalhão e diversos arruamentos e ligações de águas pluviais da Freguesia, pois existiam situações de casas sem ligações aos esgotos e que agora estão a ser solucionadas, apoiou-se a conclusão da construção do parque de merendas de Freixeda do Torrão, uma iniciativa da Junta de Freguesia, o qual abarca todo aquele espaço central da freguesia, concluíram-se as obras de beneficiação da Estrada Municipal entre Vale de

Afonsinho - Ponte do Côa (Cidadelhe), isto a nível da repavimentação da estrada e a colocação de sinalética de segurança e, vai-nos ligar a Pinhel, a Trancoso e à Meda sobretudo para os percursos das Aldeias Históricas, como Marialva, iniciou-se a construção do Centro Náutico em Barca D'Alva. Estão abertas as candidaturas para o PRODEP, para informar, através da Associação da Raia Histórica, tanto que já estamos a entrar com algumas associações para levantarmos algumas candidaturas, apoiámos a Adega Cooperativa no lançamento de umas caixas promocionais para valorizar dois produtos novos que o concelho têm, que é um vinho espumante e um vinho licoroso, no sentido de ser apresentado e divulgado. A partir de amanhã vai-se realizar uma feira promocional de produtos da nossa região em Salamanca, em que vamos tentar mostrar os nossos produtos em Espanha e, porventura vender. A situação financeira do Município mantém-se estável, pois as amortizações dos empréstimos estão expectáveis, não falhando nenhum percurso, as dívidas dos fornecedores em geral aumentaram um pouco, devido a algumas obras e empreitadas no concelho. A dívida das Águas do Zêzere e Côa mantém-se igualmente estável, porque nalguns casos não reconhecemos algumas dívidas e estamos em litígio, na cobrança exagerada das águas pluviais e do saneamento, sendo esta a posição da autarquia e que demos a conhecer à Assembleia Municipal.” -----

----- **Teodoro Augusto Farias, Presidente de Junta de Freguesia de Colmeal:** “ Neste momento dou os parabéns à Câmara Municipal, se efectivamente as dívidas se mantiverem estáveis e os pagamentos em prazo, o endividamento de quatro milhões e trezentos mil euros, observo que realmente existe dinheiro para todas as coisas, só que não há para o armazém do Colmeal o qual foi prometido e, que obviamente os compromissos são para se assumirem, pois se a estrutura financeira se mantém como diz, então não se justifica que V. Exa., diga ao Presidente do Colmeal que não o recebia nem marcava nenhuma reunião com os Presidentes de Junta porque não tinha dinheiro, quando afinal não corresponde à verdade.” -----

-----**2.2. Análise, Apreciação e Aprovação da Proposta n.º 99 - PCM / 2010, Ratificação da Declaração de Interesse Público do “Projecto de Ligações Técnicas de Saneamento de Figueira de Castelo Rodrigo”.** -----

----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “Vou colocar a proposta à consideração da Assembleia. “ -----

----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “Colocado à votação foi aprovado por unanimidade dos votos dos membros presentes. “

-----**2.3. Análise, Apreciação e Aprovação da Proposta n.º 101 - PCM / 2010, Informação sobre a Situação Económica e Financeira do Município relativas a 30 de Junho de 2010.**-----

----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

“Vou colocar a proposta à consideração da Assembleia. “ -----

----- **António Edmundo Freire Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal:** “ Como sabem desde que os municípios foram obrigados a ter Revisor Oficial de Contas, ou seja, desde o ano passado, que temos de apresentar periodicamente informação sobre a situação económica e financeira semestral, neste caso é o balanço de 30 de Junho, nos termos da Lei das Finanças Locais vem agora a conhecimento da Assembleia Municipal.” -----

----- **Feliciano Pereira Martins, Deputado Municipal:** “ Muito boa-tarde a todos. Antes de falar deste ponto, gostaria de dar uma explicação a esta Assembleia pelo respeito que merece, pela minha ausência devido a motivos profissionais tal como tenho justificado, uma vez que geralmente as sessões ao meio da semana são difíceis de conciliar com o meu trabalho, embora seja um dever que eu tenho e que tento sempre cumprir-lo, pois como sabem faço parte deste órgão há cerca de oito mandatos e, faço questão de assumir e de cumprir esse dever cívico com muito gosto. Em relação ao ponto em discussão, gostaria de uma informação por parte do Senhor Presidente da Câmara, a dada altura no ponto três, nas notas finais, em que diz que a Empresa Municipal Figueira Cultura e Tempos Livres, levantando aí um problema ao dizer que esta empresa tem um capital próprio e um resultado líquido negativo, apresentando-se no final de 2009 numa situação difícil, assim o Município deverá equacionar uma solução para reversão daquela situação. No fundo a minha questão passa por saber quais as linhas que estão a ser traçadas para fazer reverter esta situação?” -----

----- **António Edmundo Freire Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal:** “ As empresas municipais quando foram criadas tinham por suporte um estudo de viabilidade financeira e, é certo que a viabilidade financeira de uma empresa que gere equipamentos de recursos desportivos, culturais é de muito difícil execução, ou seja, em boa verdade a Empresa Municipal Figueira Cultura e Tempos Livres, não gere receitas suficientes para as despesas que comporta e, como tal o Município tem de a apoiar, auxiliando directamente o cinema, os jogos, as actividades culturais, sociais, a edição de livros e o subsídio saíria das contas do Município na mesma, mas fazemo-lo através da Empresa Municipal por uma questão de gestão, porque assim o entendeu a Assembleia Municipal na altura, uma vez que flexibilizava a sua administração, em termos de gerir espaços que funcionam ao sábado e ao domingo, acabou por ser este o figurino jurídico que melhor se enquadrou para a gestão dos

equipamentos públicos. Agora como empresa dá prejuízo mas tem sido subsidiada pela Câmara Municipal, isto no momento que estamos a fazer a fusão com a Figueira Verde, a situação tende a resolver-se, pois os capitais vão-se fundir havendo um reforço destes, mas continuará a ser um empresa deficitária, porque não conseguiremos aumentar o preço dos bilhetes de cinema, vender um livro em que obteremos uma margem de lucro, são muito as fotocópias cedidas gratuitamente, visita educativa e desportiva a um Lar de Terceira Idade ou a um Centro de Dia não cobramos nada, ou seja, existe todo um custo social suportado pelo Município através desta empresa, mas a breve prazo não vai falir, pois os capitais sociais vão ser reforçados com a fusão das duas empresas e, o Município está preparado para esta realidade de suprir os défices que são muitos pequenos, apesar dos Revisores Oficiais de Contas terem de apresentar e mostrar o resultado líquido negativo, agora se fosse uma Sociedade por Quotas ou Anónima, ao fim de consumidos os capitais ou tendo prejuízos consecutivos poderia ser solicitada a sua dissolução, ou qualquer credor pedir a insolvência da empresa, o que não se passa nesta situação porque não temos grandes credores nem dívidas, mas sim uma execução muito controlada nos custos, em que a administração não tem proveitos, tanto que os administradores não ganham nenhum vencimento como aqui foi fixado e, portanto com poucos custos, ainda assim as actividades culturais e sociais vão dando algum prejuízo. “ -----

----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**  
“Colocado à votação foi aprovado por unanimidade dos votos dos membros presentes. “ --

-----**2.4. Análise, Apreciação e Aprovação da Proposta n.º 106 - PCM/2010, Lançamento da derrama a aplicar sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento da Pessoas Colectivas do exercício de 2010 a liquidar em 2011.** -----

----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**  
“Vou colocar a proposta à consideração da Assembleia. “ -----

----- **António Edmundo Freire Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal:** “ Gostava a este respeito de partilhar com os Senhores Deputados algumas dúvidas que eu próprio tenho quanto a esta proposta, porque já aqui foi apresentado por diversas vezes algumas com sentido completamente diferentes, isto é, no sentido de isentar na derrama todas as empresas que aqui tivessem estabelecida a sua actividade, porém tive uma reunião na Associação Nacional dos Municípios Portugueses, em que me foi explicado por colegas mais experientes que podia estar a lavrar num erro, porque existem empresas que tem actividade nacional e que pagam derrama em Lisboa, pois aí não há isenções e, que para

o cálculo da derrama entram os valores dos salários pagos aqui, pedi elementos às Finanças mas não fornecem porque nunca fomos beneficiários de derrama, ou seja, é quando entregam a derrama cobrada. Perante esta situação, cheguei à conclusão de que não prejudicaria a fixação de empresas no nosso concelho, nem os empresários que já exercem aqui a sua actividade, se tivéssemos uma taxa mínima de derrama de cerca de 0,5% para volumes de negócios até cento e cinquenta mil euros, que acaba por ser um valor considerável, mas nós não estamos aqui para tributar as nossas sociedades residentes, estaremos sempre atentos de algum modo para poder compensar esses empresários através de investimentos, empreendedorismo, ajuda na criação de postos de trabalho. O desafio que aqui deixamos é que este ano experimentalmente, medirmos a derrama do nosso Município, pois até pode ser uma verba muito exígua, embora no orçamento tenha colocado o valor de cerca de cinquenta mil euros, mas sinceramente não sei se o vamos ou não cobrar, agora é uma certeza que entidades como a EDP, a Caixa Geral de Depósitos, o BPI, o BCP pagam derrama em Lisboa e aqui não, ou seja, as empresas nacionais vão pagar a derrama sobre parte do lucro e, este não é redistribuído consoante a massa salarial para a formação desse lucro. Esta proposta foi aprovada por unanimidade em reunião da Câmara Municipal, apesar das dúvidas existentes e de se poder estar a cometer um erro, mas sou da opinião de que é um risco que se deve correr, pois não pode ser considerado um aumento de impostos, isto sob pena daqui a um ano podermos estar a revogar, a alterar ou a aperfeiçoar esta proposta, aliás estamos receptivos a essa situação.” -----

----- **Teodoro Augusto Farias, Presidente de Junta de Freguesia de Colmeal:** “ O pagamento da derrama é uma prática vigente em quase todos os municípios, aliás eu vou pagá-lo, porque tenho todas as minhas empresas sedeadas em Figueira de Castelo Rodrigo, porém o único ponto em desacordo é que a alguns meses atrás alertei-o para a isenção do IRS e IRC, pois como sabem a economia precisa de mais ajuda do que deste tipo de imposto e, assim por uma questão de coerência ou pagavam todos ou não pagava nenhum, espero que para o ano assim seja por um questão de equidade, de facto não se justifica que determinados profissionais estejam isentos do pagamento deste imposto, enquanto que as pequenas empresas são obrigadas a efectuar o seu pagamento ao Município.” -----

----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “Colocado à votação foi aprovado por unanimidade dos votos dos membros presentes. “ -----

-----**2.5. Análise, Apreciação e Aprovação da Proposta n.º 108 - PCM/2010, Proposta de Orçamento e Plano Plurianual de Investimento para 2011.** -----

----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

“Vou colocar a proposta à consideração da Assembleia. “ -----

----- **António Edmundo Freire Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal:** “ Como sabem vivemos um tempo de muitas indefinições do ponto de vista financeiro e, é chegado o momento de elaborar um Orçamento para 2011. Nós temos pautado os nossos orçamentos por serem verdadeiros e muito próximos da realidade, sendo praticamente executáveis os nossos orçamentos a cerca de 70% das previsões do início do ano. Este Orçamento não é realista nem possível, é o desejável, pois existe sempre um momento que temos de expirar e sonhar que é possível e, então penso que da execução dos Programas Operacionais e do Quadro Comunitário de Apoio vão surgir algumas oportunidades, é certo que para grandes investimentos, porque na verdade parte desses projectos vão cair e, os Municípios mais pequenos como o nosso, se tiverem boas iniciativas poderão aspirar a ter algumas realizações. Assim num ano de dificuldades para todos os cidadãos e de crise, o caderno que pretendo apresentar neste Orçamento e estarei sujeito a escrutínio quando expuser a Conta Geral em Abril de 2012, será a de um Orçamento desejável, pois não sabemos se temos dinheiro para isto tudo, se vamos conseguir financiar obras e equipamentos quase na sua totalidade é uma incerteza mas desejaria bastante. Agora este Orçamento enquanto instrumento cabimental, vai-nos permitir estar preparados para alguns dos grandes ensejos deste nosso concelho. Nesta perspectiva peço um voto de confiança na aprovação deste Orçamento e, poderão criticar-me mais tarde pela sua fraca execução ou não é um direito que assiste aos Senhores Deputados, mas sinceramente desta vez tivemos mais alma e, em tempo de crise alguém tem de puxar pelos territórios e, neste caso se não for o Município a tomar uma posição a iniciativa privada é muito pouca, isto quando consecutivamente há avisos de fundos comunitários que são abertos e ninguém concorre a nível da actividade privada em toda esta região da Beira Interior. Na minha opinião Figueira de Castelo Rodrigo com este Orçamento dá um passo em frente e, estamos preparados para as obras, as quais são pequenas do ponto de vista de valor financeiro, mas grandes no resultado em termos de prestação de serviços às pessoas, de qualidade de vida, como em Lares de Terceira Idade, Centros de Dia e de Convívio, ou regeneração de espaços desportivos. Enfim, sem dúvida nos preparamos para um dos maiores níveis de execução de fundos comunitários, se nos derem essa oportunidade.” -----

----- **Feliciano Pereira Martins, Deputado Municipal:** “ Na vida e debate político, podemos ter posições sectárias e dogmáticas tal como tem os partidos políticos, mas acho que existem momentos e, este é um deles de termos visões pragmáticas que nos orientem no sentido, como disse e bem o Senhor Presidente da Câmara Municipal, não daquilo que é possível fazer, mas daquilo que nós temos de forçar fazer, porque é termos uma visão, a qual pode ser utópica, irrealista, mas quando ela existe há que consegui-la, caminhar e lutar para que esta tenha sucesso. Ao longo destes momentos como Deputado Municipal que já lá vão muitos anos, tenho criticado muitas vezes tal como sabem os Orçamentos, mas mais os Planos de Investimento, porque divergimos em Políticas de Investimento. No entanto este Orçamento não posso deixar de o apoiar e, vou fazê-lo ao votar favoravelmente, pois em momentos de crise como estamos a atravessar desde 2008, esta crise mundial que nos perturba, acho que é importante o investimento e lutarmos pelos melhores esforços para que ele exista. É um Investimento no âmbito das políticas económicas e, em terrenos débeis como o nosso são fundamentais as políticas de investimento, tal como são essenciais a nível nacional. Claro que é um Orçamento desejável, todos percebemos isso, não é realista, mas existem muitas oportunidades e, é preciso trabalhar para que essas se transformem em êxito e, aqui há que ter ambição, coragem e Investimento, estando plenamente de acordo com o Senhor Presidente da Câmara Municipal, tendo assim o meu voto favorável quanto a esta Proposta de Investimento e do Orçamento.” -----

----- **Teodoro Augusto Farias, Presidente de Junta de Freguesia de Colmeal:** “ Na minha opinião toda a gente gosta de investir, por isso de facto não posso passar sem falar do Orçamento, pois é ousado e quem gosta de ter estas obras todas, não pondo de lado todo o seu mérito nem dos Figueirenses e, a necessidade delas serem feitas. Agora temos de pensar no futuro, porque quando avisei que o nosso país estava a caminhar para uma situação muito semelhante à da Grécia fui acusado de neo-liberal, mas digo que quanto mais tarde se recorrer ao Fundo Monetário Internacional e ao Fundo Europeu pior, uma vez que os juros estão cada vez mais altos. Quanto ao nosso Orçamento receio o mesmo, porque com toda a franqueza, se tem aprovado um empréstimo para aproveitar as verbas daqueles que não as gastam acho muito bem, mas o Senhor Presidente entretanto já iniciou as obras do Pavilhão Multiusos, Mercado Coberto, Centro Náutico em Barca D'Alva, veremos se daqui a três anos a Câmara Municipal não terá uma dívida de nove milhões de euros, que comporta despesas de amortização e juros de mais um milhão, além de ter de vir a suportar as despesas correntes que vão gerar a manutenção de todos estes equipamentos, por isso é preciso ter muita

prudência naquilo que se está a fazer, designadamente no lançamento de obras com peso significativo, porque a Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo não tem capacidade suficiente para sustentar aquilo que se está a criar, porque se esgotar o montante estabelecido no empréstimo, dificilmente aguentará o passivo que terá de enfrentar e se o concelho aguentará, porque na Grécia metade das autarquias estouraram, pois enquanto tivermos as contas em ordem podemos falar alto para o Governo, agora se entrar em derrapagem financeira ninguém nos poderá ajudar. Assim aconselho-o a pensar bem na execução orçamental, porque se realizar todas as obras orçamentadas mais o empréstimo que está a decorrer e as construções já em andamento, poderá estar a deixar uma pesada herança para os jovens que se querem candidatar à Presidência da Câmara Municipal, porque V. Exa. teve um primeiro mandato de facto bastante equilibrado, racional e inteligente, mas neste preciso momento tenho dúvidas se o nosso Município não vá ficar insolvente.” -----

--- **António Edmundo Freire Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal:** “ Gostava apenas de acrescentar o seguinte em relação à situação patrimonial do Município, pois esta Assembleia aprovou um empréstimo sensivelmente à dois anos atrás de quatro milhões e seiscentos mil euros, para nos prepararmos para o Quadro de Referência Nacional, em que conseguimos elaborar candidaturas e executar algumas obras, estando outras em fase de apreciação. A Câmara Municipal quando comecei estas funções no mandato anterior tinha obrigações de curto, médio e longo prazo de sete milhões e meio de euros, era essa a nossa responsabilidade para com a banca, os fornecedores e credores. Neste momento amortizámos muito, porque estivemos em cinco anos a amortizar obras durante o seu tempo de utilização para reinvestir capital e valorizar o espaço, para além da construção de equipamentos. Portanto o recurso ao empréstimo sempre foi utilizado em investimento e não em despesas correntes, porque algumas aumentam a partir do momento que temos mais equipamentos e qualidade de vida, pois temos um custo com a abertura de umas Piscinas Municipais, de um Lar de Terceira Idade, apesar de existirem Instituições desse género que dão receitas, geram postos de trabalho e fornecem sustentabilidade económica. Por isso neste momento, o Município aumentou o seu património a nível de terrenos e equipamentos e tem vindo a diminuir a sua capacidade de endividamento, pois hoje em dia nem o Tribunal de Contas nem a Direcção Geral das Autarquias Locais deixa as Câmaras Municipais aumentarem a sua capacidade de endividamento, porque

actualmente nem o Tribunal de Contas nem a Direcção Geral das Autarquias Locais deixa as Câmaras Municipais aumentarem a sua capacidade de endividamento, pois os Municípios do nosso país em 2011 só vão poder financiar-se com empréstimos na razão das amortizações que fizerem, isto para não aumentarem a dívida pública nacional nem contribuírem para o aumento do défice. Nesta perspectiva o peso que estamos a deixar para os vindouros, relativamente ao pagamento deste empréstimo de longo prazo é muito ponderado da nossa parte, porque não é algo que se torne irrealizável nem insustentável a existência do Município, ou seja, no fundo é manter o mesmo rigor que temos tido até hoje, pois o grande objectivo deste mandato é aumentar o património, os equipamentos, a riqueza e, deixá-la com o mesmo nível de endividamento em que se encontrou, sendo esse o meu trabalho e as funções do executivo nestes três anos que se avizinham. Por isso todas as obras começadas não se iniciaram com o dinheiro do empréstimo, mas porque existem garantias de financiamento comunitário senão não as faria, embora estivesse autorizado para isso, porque quando pedimos um empréstimo ao Tribunal de Contas somos obrigados a referenciar quais as obras a pedir o empréstimo e aquelas que já estão prontas a serem executadas dizemos o valor total, como se não existisse um co-financiamento comunitário e, à medida que vamos recebendo esses financiamentos vamos libertando as verbas para outros projectos e iniciativas, tal como aconteceu no anterior mandato só foi solicitado um endividamento para as Piscinas Municipais, porque em termos de utilização era um investimento de longo - prazo e não fazia sentido estar a pagá-la em meio ano quando esse pode ser estendido por quinze ou vinte anos. Para além disso tivemos uma componente de financiamento comunitário em que nos financiaram tudo o que era básico, o resto tivemos de ser nós a suportar, mas não íamos perder o Investimento total. Eu gostava de seguir o conselho do Dr. Teodoro Farias em que não seguia com a construção do Pavilhão Multiusos que vai gerar uma despesa de manutenção, mas depois quem é que me defendia, quando se soubesse que se tinha perdido uma verba de cerca de um milhão de euros de fundos comunitários para a construção deste empreendimento e, ter criado postos de trabalho, podia ter trazido para o nosso concelho empresas, pessoas, rendimentos, mais movimento na restauração, nos consumidores, na indústria do granito e tijolo locais. Assim reitero que este Orçamento era o desejável, ambicioso e que mostra alguma coragem, segundo disse o Dr. Feliciano Martins ao qual lhe agradeço por essas palavras que teceu, mas em boa verdade a ousadia deste Orçamento passa pela forma como nós nos preparámos para chegar a esta fase terminal dos

fundos comunitários, a experiência adquirida com III Quadro Comunitário de Apoio, pois tudo aquilo que correu bem no anterior mandato deve-se a uma boa discussão deste Quadro Comunitário, porque ou se gastava ou dinheiro ou se devolvia, pois em princípio os fundos comunitários nunca são para os pequenos, sendo esta regra uma realidade, porque os gestores dos Programas Operacionais e dos Fundos Comunitários pretendem projectos grandes e transversais e que alterem o rumo das coisas, mas por vezes não é possível e, então dá-se a quem executa, pois existem Câmaras Municipais que tem verba para gastar em regeneração urbana e, ainda não despenderam dela, por isso já estamos na fila e, se tivermos a felicidade de uma dessas Câmaras grandes desistir poderemos alcançá-la, aliás foi o que aconteceu com o financiamento do Pavilhão Multiusos, porque houve a não realização de uma importante obra a nível nacional que foi um Centro de Alto Rendimento. Entretanto é para essa preparação que estamos de estar em cada momento com os financiamentos. Na minha opinião penso que estamos a gerir a situação de uma forma bastante responsável, porque não gastámos o dinheiro do empréstimo de modo despropositado e, ainda temos a capacidade de nos candidarmos aos fundos comunitários, por isso não aceito a crítica de deixar a Câmara Municipal ingovernável, pois não devemos nada em termos de despesa pública, défice e de endividamento. Agora a outra questão que me colocou já está fora da minha alçada, porque vai ser lançado um enorme debate sobre a reorganização e reajustamento sobre a organização das Freguesias e Municípios, mas isso já é outro assunto, porque se acabassem com as insolventes e as juntassem a nós, não nos oporemos, pois vão ficar grandes territórios com potencialidades por aproveitar localmente, pela não existência de um executivo, mas isso é uma questão que vai ser discutida e espero que prossiga até ao fim, porque as Freguesias e mesmo os Municípios desempenham no seu todo menos de três mil milhões de euros, um PIB de cento e dezassete mil milhões de euros, a despesa corrente cerca de quarenta e cinco mil milhões de euros, ou seja, nós não representamos absolutamente nada, pois um administrador da Portugal Telecom ganha tanto que todos os funcionários da Câmara Municipal em 2009 e, nós não aumentámos o quadro de pessoal, o qual está anexa nesta proposta como podem constatar relativamente a anos transactos, pois continua sem Chefes de Departamento, assim como de Divisão, com muita dificuldade e sobrecarga para os membros do executivo, mas a esse nível não tem o mesmo despesismo que outras autarquias, mas o certo é que não aumentámos a despesa pois somos muito cautelosos e

exigentes nas despesas que efectuamos, pois assim devemos menos, temos mais dinheiro para trabalhar e somos mais activos. Daqui a três anos seguramente vamos ter um património muito mais avolumado, uma vez que estamos a investir em áreas que não são propriamente da alçada do Município, tal como a criação de um Centro de Fisioterapia e Geriatria para o nosso concelho, mas temo-nos que nos substituir aos privados, pois já não são muitos neste território, em prol do bem-estar da população, por isso Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Colmeal, que já me elogiou como sendo um bom autarca em exercícios anteriores, penso que não o deixará de fazer no futuro, sobre o facto de um determinado momento que foi o ano de 2010 ter sido difícil para a Câmara Municipal em termos de financiamento para a Igreja do Colmeal e, nem todos os anos se podem ser idênticos ao de 2009, pois per capita deve ter sido a Freguesia que mais investimento recebeu e, portanto nem todos os anos tem de ser iguais, dando-se segundas oportunidades, outras dinâmicas locais. A Igreja do Colmeal hoje em dia dá problemas, porque este tema foi colocado na agenda e deixou de estar caído no esquecimento. Para concluir, só gostaria de acalmar os Senhores Deputados sempre foi feita uma gestão transparente, ao saberem do dinheiro que devíamos e não, assim como das dificuldades e dos problemas existentes, como com os da empresa das Águas do Zêzere e Côa, pois se nos ajudarmos mutuamente resolvemos o problema mais rapidamente, dando um passo em frente, mas tudo está a ser feito, porque não existe nenhuma freguesia no concelho que não tenha conseguido realizar as suas obras, apesar do seu esforço financeiro. “ -----

----- **Teodoro Augusto Farias, Presidente de Junta de Freguesia de Colmeal:** “ Quando faço intervenções destas é no sentido de serem pedagógicas, isto porque já executei três Quadros Comunitários de Apoio e, como tal já assisti a coisas espectaculares, pois houve empresários que recorreram a estes fundos para modernizarem as suas empresas, mas nesse momento sentenciaram a morte passados alguns anos, porque estas situações não se reflectem no imediato, por isso nestes anos subsequentes não vamos ter problemas em Figueira de Castelo Rodrigo, isto se o Senhor Presidente da Câmara tiver alguma ponderação ao longo destes cinco anos, até se poderá alcançar um objectivo razoável, mas o que os nossos administradores em geral tem feito no país é investir e depois quem quiser que pague, mas não poderá ser assim, porque os resultados podem ser catastróficos no sentido de termos património e não o podermos sustentar e, também não o podemos contabilizar os activos a preço de custo porque foram desvalorizados e, se não forem tratados e tiverem actividade

social ou económica suficientes não adiantam de nada. Das obras já iniciadas o mercado é uma obra económica, o Pavilhão Multiusos é um investimento de que necessita de muito dinheiro apesar dos fundos comunitários, o problema é gastar o empréstimo e não pagar a dívida, porque não tem só as despesas de investimento mas todas as outras despesas correntes existentes. Na minha opinião nos momentos de incerteza e crise em que vivemos, o Município tem de ter muita prudência na execução das obras e, guarda-se o dinheiro para essas oportunidades de quem as deixou ir embora e não aproveitou os fundos comunitários. Eu vou aprovar o Orçamento, mas tenho de chamar a atenção para estas situações, para trabalharem com moderação e responsabilidade e nada de contrair empréstimos que possam comprometer o futuro da nossa juventude. “ -----

----- **Feliciano Pereira Martins, Deputado Municipal:** “ Eu quando li a última acta da sessão da Assembleia Municipal e hoje ao ouvir o início desta sessão, pensei que o problema de Figueira de Castelo Rodrigo era o Colmeal, ou seja, tudo se reduzia a essa freguesia, mas não vou entrar nesse debate, porque o problema centra-se neste Orçamento e Plano de Investimentos e, é aqui que temos de nos focar. A explicação que o Senhor Presidente da Câmara Municipal deu foi para o Dr. Teodoro, porque todos os que leram este Orçamento e Plano de Investimento tiveram noção do que estavam a ler e, quando decidimos apoiá-lo tivemos a firme noção de apoiá-lo conscientemente. Agora volto a frisar, que numa altura como esta em que vivemos, de facto são necessárias mais do que nunca políticas de investimento, mas basta ter bom senso para saber que ninguém faz políticas de investimento suicidas, embora seja verdade que nós temos alguns investimentos no concelho que são despesa inútil, mas mais do que nunca as Políticas de Investimento em zonas de baixa densidade como a nossa, tem de gerar dinâmicas económicas e sociais mais do que nunca, apesar de não ser grande defensor da construção do Pavilhão Multiusos, mas já que vai ser erguido com fundos comunitários e, penso que após ter sido alvo de um objecto de estudo, pois este espaço não se vai construir só porque existe dinheiro e, então vamos realizar uma série de edificações inúteis. Apesar de tudo penso que estes projectos podem gerar dinâmicas económicas e sociais e, é por isso que nós vamos aprovar este Orçamento, porque numa altura destas é fundamental existirem Políticas de Investimento consistentes, pois criam dinâmicas e podem ser pólos de atracção. No caso da cobertura do mercado, o qual fazia parte do meu programa eleitoral em 2001, pois sempre fui um defensor até para se gerarem dinâmicas concelhias rurais era fundamental.

Na minha opinião estes investimentos são fulcrais para gerarem políticas económicas e, nestas alturas de incertezas há sempre uma certeza de que nós temos, é que não podemos fazer previsões, por isso não vale a pena criar cenários negros, pois os ciclos políticos e económicos mudam de uma forma rapidíssima, agora há a certeza de projectar e fazer um Plano de Orçamento e de Investimento, claro que haverá um risco, o qual é próprio de quem anda na vida política, pois quem está nela não é para passar férias ou o tempo, está para correr riscos, umas vezes saem bem outras mal e, depois o eleitorado decidirá em função dos seus méritos que tenha feito, sendo esta a função de um político, a de correr riscos.” -----

----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Colocado à votação foi aprovado por maioria dos votos dos membros presentes, com a abstenção dos Deputados Municipais, Henrique Manuel Ferreira da Silva e José Maria Quadrado Tondela.” -----

#### -----**2.6. Análise, Apreciação e Aprovação da Proposta n.º 24 - VCM/2010, Suspensão de Regulamentos.** -----

----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “Vou colocar a proposta à consideração da Assembleia.” -----

----- **António Edmundo Freire Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal:** “ Numa óptica de canalizar mais despesas para investimento do que para despesas correntes e, tendo em conta que existem várias medidas de apoio comunitário para o empreendedorismo e para a modernização da actividade rural, turística, decidimos que é o momento das pessoas, porque até aqui não tinham tido essa oportunidade de investir em pequenas intervenções agrícolas, agro-pecuárias e turísticas. Portanto cancelamos o apoio à recuperação de pombais, de fixação de casais e, na parte do empreendedorismo suspendemos também durante algum tempo aqui alguns apoios, para que possam beneficiar dos fundos comunitários, pois a Câmara Municipal andou durante dois anos a dar um apoio no sentido da modernização, para que ninguém fechasse as suas casas comerciais devido a exigências feitas pelas autoridades, mas agora existem meios ao dispor dos cidadãos e dos empreendedores, existindo assim uma possibilidade de racionalizar a despesa corrente, mantendo por mais um ano o apoio à criação de empresas e de postos de trabalho, porque achamos que é importante e significativo quem queira correr os riscos de empregar um novo trabalhador, possa ter o apoio de mil euros da Câmara Municipal, pois num passado recente gastou-se cerca de sessenta e dois mil euros com esta medida e, portanto vamos manter essa

possibilidade. O voto de suspender os outros apoios vai perdurar até ver. Relativamente aos outros apoios vamos suspender-los até ver a execução do PRODER e como é que as despesas correntes vão evoluir. “ -----

----- **Feliciano Pereira Martins, Deputado Municipal:** “ Eu estou de acordo com esta suspensão, mas penso que seria bom analisar qual o esforço financeiro destas rubricas, quantas pessoas estiveram envolvidas, até para saber do seu êxito, porque podemos estar a criar medidas que não tenham destinatário ou que não tenham efeito útil e, era bom que a Assembleia Municipal estivesse informada disto. “ -----

----- **Teodoro Augusto Farias, Presidente de Junta de Freguesia de Colmeal:** “ É para lhe dizer que esta já é a primeira ponderação, porque já há bastante tempo que tinha sugerido que estes regulamentos estavam em excesso. “ -----

----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** Colocado à votação foi aprovado por unanimidade dos votos dos membros presentes.” ---

-----**2.7. Análise, Apreciação e Aprovação da Proposta n.º 25 - VCM / 2010, Regulamento de Organização dos Serviços Municipais.** -----

----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “Vou colocar a proposta à consideração da Assembleia. “ -----

----- **António Edmundo Freire Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal:** “ De acordo com a publicação a 23 de Outubro de 2009 do Decreto-Lei n.º 305, que as Câmaras Municipais estabelecem uma nova organização dos seus serviços. O enquadramento jurídico do diploma prevê até ao final deste ano, que as Câmaras definam os seus serviços, nomeadamente a sua estrutura nuclear, os seus departamentos e as unidades orgânicas. No caso concreto do Município de Figueira só existem dois Departamentos presentes, o de Obras e o Serviço de Administração Geral e Financeira, contudo é entendimento do executivo que os tempos são de concentrar algumas funções, haverá algumas fusões pois a Câmara Municipal passa a ter um só Departamento de Administração Geral com três Divisões, uma Administrativa e Financeira, uma de Urbanismo e Ambiente e outra Cultural e Social. Trata-se de uma estrutura mínima que depois as unidades orgânicas decorrentes destas serão desenvolvidas até aos números máximos fixados, ou seja, é uma organização com alguma racionalização, no fundo. “ -----

----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** Colocado à votação foi aprovado por unanimidade dos votos dos membros presentes.” ---

-----**2.8. Análise, Apreciação e Aprovação da Petição Pública, Pela Harmonização Tributária Ibérica - para que a fronteira não morra!**-----

----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

“Vou colocar a proposta à consideração da Assembleia. “-----

----- **António Edmundo Freire Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal:** “ Estamos num momento que em termos de sustentabilidade do território, muito do que possamos fazer vai ficar prejudicado por acções que não tem a ver connosco. O caso concreto estou a falar da discrepância fiscal entre Portugal e Espanha, pois por melhor que seja uma gasolinera em Figueira de Castelo Rodrigo, Almeida e Vilar Formoso não consegue competir com Espanha, não pela qualidade do serviço, nem pela simpatia ou segurança, mas pela fiscalidade e, isso acontece na restauração, construção civil e comércio em geral e que nós temos vindo a assistir nos últimos tempos é a uma diferença de quase 5% nos produtos de taxa mínima, quase 20% nos impostos sobre os produtos petrolíferos, faz com que se desloque para Espanha um consumo que não é espanhol, mas que leva para o tesouro do Reino de Espanha impostos, pois porque por cada sessenta euros de gasóleo, trinta e dois são impostos que estamos a entregar ao reino de Espanha e estamos a sonegar ao tesouro português. Por isso aquilo que era um problema que era só nosso da fronteira no imediato, acho que começa a ser nacional com empresas a desenvolverem-se com dinheiros de todos nós, com participação pública e com sede em Espanha por motivos fiscais. Pois uma coisa é uma situação tributável díspar num curto espaço de tempo, outra coisa é algo que nós sabemos que era assim no passado, é assim no presente e vai ser assim num futuro próximo e, as taxas acrescidas de IVA são reduzidas, assim como as taxas normais reduzidas, vão dar uma diferença de cerca de 5% nas duas primeiras e de 2% nos bens e primeira necessidade e, vai ficar assim durante muito tempo em Portugal, porque são as novas taxas que entrarão em vigor a partir de Janeiro. Sinceramente tem de existir uma forma para que a economia de fronteira saia favorecida. Esta petição mais não é que um agitação de consciências e, tentar que quatro mil pessoas a assinem para que possa ir a plenário da Assembleia da República e, os políticos possam tomar noção de que existe aqui uma harmonização tributária inexistente e que nos vai levar à ruína, pois temos o exemplo do que é aquele comercio desolador em Vilar Formoso, principalmente com o encerramento das bombas de combustíveis, o que já começa a acontecer no nosso concelho, porque aquilo que devia ser uma oportunidade de fronteira só o é num primeiro momento para quem lá vai comprar, mas depois não há

impostos para distribuir, nem consumos, nem indústria e, aquilo que parecia ser um problema marginal que só se aplicava aqui na fronteira não é verdade, porque já existe uma entidade pública em Lisboa que faculta o transporte aos seus funcionários para irem a fazer compras a Espanha no fim-de-semana, passando a ser um problema do país e, se a EDP renováveis se mudou para lá porque as taxas eram melhores, então mudamo-nos todos para lá. O meu objectivo é que dessem cobertura política a esta petição pública, que a assinassem na Internet onde está disponível, pois nós vivemos numa economia aberta e as taxas são diferentes, nós estamos a competir com uma igualdade de critérios, pois existe aqui uma discrepância, uma deslealdade onde nós nesta fronteira estamos muito prejudicados. Assim apelo a todos que participem e, estou convencido que aumentar taxas não é aumentar receitas e vimos o que aconteceu com 25% da nossa receita paralela, porque quanto mais aumentamos o IVA, mais deslocalizamos o nosso consumo para Espanha e menos se cobra, por isso chegou o momento de repormos alguma verdade na no sistema tributário ibérico e, esta petição revela o anseio e a preocupação que se tem sobre esta questão, pois actualmente em Espanha compra-se vinho da Adega Cooperativa de Figueira mais barato em Espanha do que em Portugal, devida à diferença da taxa de IVA e as estas discrepâncias fiscais, não por serem melhores a executar do que nós, pois não iríamos tanto lá e, com isto não estou a dizer que não se deve permeabilizar e continuar com o comércio de fronteira e é para todos ganharmos com isso, segundo as nossas especificidades, mas aquilo que era quase esporádico passou a definitivo, pois devido ao quadro fiscal os investidores vão-se estabelecer do outro lado da fronteira, pois a própria Plataforma Logística da Guarda que deveria ter sido um sucesso não o foi devido a esta realidade e lado a lado foi construída uma em Salamanca mais tarde e, já está repleta de indústrias, por isso já não é só um problema local, mas distrital e do país. Apelo para que haja uma harmonização tributária, para que haja lealdade na competição e para que a fronteira não morra!" -----

----- **Feliciano Pereira Martins, Deputado Municipal:** “ Esta petição transmite uma angústia, um desespero e uma revolta, em que todos comungamos disso, porque temos de ter consciência do que foi a construção da Comunidade Europeia, como são as fases da integração europeia começa por uma união aduaneira, por uma comunidade económica, depois por uma união monetária e, por fim por uma união política, mas no fundo não existe uma verdadeira igualdade entre os estados, ou seja, as regras do jogo nunca foram iguais

para todos e principalmente em sede de poder de soberania fiscal foi das poucas que os estados ainda tem em dificuldade em ceder, pois é quase uma falácia em falar na soberania dos estados, isto até porque anda para aí uma entidade chamada mercados, mas na soberania fiscal o estados tem dificuldade em ceder esse seu poder soberano, mas o país europeu onde existem mais investimento português é na Holanda devido às políticas fiscais, a Irlanda foi o país que foi por causa da taxa de IRC da ordem do 12%, da qual não abdica. No fundo os Estados não querem abdicar desta soberania fiscal, porque no fundo é o que os faz tornar competitivos e diferentes entre eles mas é errado, isto para quem quer viver numa união e num mercado interno, as regras deviam ser iguais e, não existirem estes desvios. Claro que quem pagam são as fronteiras, não só as nossas mas também as de outros países tem estes problemas, pois as políticas fiscais geram este tipo de problemas, distorções, desigualdades e anomalias que no nosso caso é gritante de facto, porque é impossível haver competitividade com estas regras de jogo, pois quem queira gerar economia neste lado de cá não tem hipótese, uma vez que não tem regras concorrenciais iguais, é impossível. Agora vamos todos ter consciência de que nos vão chamar de líricos, pois nenhum político a nível europeu está preocupado em fazer este debate político, mas sim com o défice e a dívida soberana, mas a política de harmonização fiscal já chegou a estar na agenda da comunidade europeia, hoje querem debater outras questões como se elas não tivessem existido sempre, mas agora como a situação é grave querem-nos assustar com essas problemas. Diria que é uma petição lírica e utópica, mas eu diria que sim que é este o momento para agitar consciências devemos subscrevê-la e lançar o debate para quem nos quiser escutar, mas vão sentir uma revolta porque as discriminações não são razoável, pois atingiram o nível da irracionalidade. Nesta perspectiva os Estados-Membros por suas próprias iniciativas tentam compensar estes desníveis, ou então a Comunidade Europeia olhar para a harmonização fiscal como um problema sério que distorce as regras do jogo da própria comunidade. “ -----

----- **Teodoro Augusto Farias, Presidente de Junta de Freguesia de Colmeal:** “ Eu subscrevo se me for permitido tanto as palavras do Senhor Presidente da Câmara Municipal como as do Dr. Feliciano Martins. Para mim o grande responsável de toda esta situação é a Comunidade Económica Europeia, pois a política desta é individualista, porque ao não uniformizar a fiscalidade nos vários Estados-Membros, as regras da concorrência e os subsídios, pois estes são diferenciados nos vários países e, isto ao não existir uma política agrícola comum ao

contrário do que possam dizer, pois eles castigam os países mais pobres, porque atribuem a verba consoante o Orçamento, pois os fundos comunitários são constituídos por uma componente da comunidade e outra nacional, evidentemente que se o país é pobre recebe menos dinheiro que um que seja mais rico, claro que isto é política de ricos, portanto se as políticas não forem alteradas, a União Europeia não está a criar um Estado europeu, mas a criar um problema grave inter-estados e ao mesmo tempo uma indignidade nas populações face aquilo que está a acontecer, porque ao não haver idoneidade fiscal, é evidente que o défice para um país como Portugal com carências financeiras e tem necessidades orçamentais diferentes de Espanha, que em vez de arrecadar receita perde a favor do Estado espanhol, claro que ao passar para o concelho uns dizem que não podem baixar, outros que estão bem e, só a Comissão Europeia é que pode definir as taxas e se não fizer só está a contribuir para deslocalização de empresas, empresários e comerciais de uns lados para os outros em benefício obviamente das taxas. Relativamente aos mercados estes não podem ser condenados porque estes existem para ganhar dinheiro, agora se na Europa o Banco Central Europeu dá dinheiro a taxas de 1%, é lógico que se está a deslocalizar dinheiro da Europa para os países emergentes e, se isso acontece não há dinheiro na Europa para investimentos, pois está disperso por esses países ditos emergentes como o Brasil, a Índia e a China, tanto que este último tem o maior stock financeiro em moeda estrangeira, portanto assim não vamos lá, ou seja, as taxas de juro na Europa vão ter de subir, senão não há globalização os capitais não ficam na Europa, por isso Portugal só tem o Banco Central Europeu que o pode financiar, porque é a única entidade com responsabilidade perante os 27 Estados-Membros, mas agora pergunto até quando é que vai ter capacidade para continuar a emprestar dinheiro sem desvalorizar a moeda e, como é que o euro ainda não desvalorizou. Eu estou completamente de acordo com esta petição, pois é preciso ir para a frente." -----

----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** Colocado à votação foi aprovado por unanimidade dos votos dos membros presentes." ----

-----**3. Outros assuntos:** -----

-----**3.1. Correspondência recebida e outras informações.** -----

-----**3.2. Intervenção do público.** -----

----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** " Quanto a este ponto, comunico que nada de relevante foi recebido para se proceder a debate nesta assembleia. Quanto à intervenção do público, ninguém manifestou vontade em intervir. " -----

Como estamos na altura do Natal, só me resta desejar uma boas festas e felicidades para todos." -----

-----A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade de votos dos membros presentes, que a presente acta fosse aprovada em minuta, nos termos do n.º 4 do artigo 40º, do Regimento da Assembleia Municipal e do n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

-----Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou encerrada a sessão, quando eram dezassete horas, da qual se lavrou a presente acta que vai ser assinada por mim, Lucília de Jesus Patrício Velho, Assistente Técnica da Câmara Municipal, que a secretariei e redigi e pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Mário José Pimentel Saraiva Salvado. -----



